Regulamentação da Reforma Tributária (PLP 68/2024)

Impactos sociais, Regimes diferenciados e Cashback

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal

Outubro de 2024

Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária

Ministério da Fazenda





REFORMA TRIBUTÁRIA | Contextualização

Objetivos

Fazer a economia
brasileira crescer de forma
sustentável, gerando
emprego e renda

Tornar nosso sistema tributário mais justo, reduzindo as desigualdades sociais e regionais



REFORMA TRIBUTÁRIA: IMPACTOS SOCIAIS | Contextualização

HOJE

EXCESSO DE DIFERENCIAÇÕES E MULTIPLICIDADE DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS



MAIS RICOS SÃO BENEFICIADOS

PÓS-REFORMA

REVISÃO DAS
DIFERENCIAÇÕES
(UNIFORMIZAÇÃO
DE ALÍQUOTAS)



CASHBACK PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA



MAIS POBRES SERÃO BENEFICIADOS

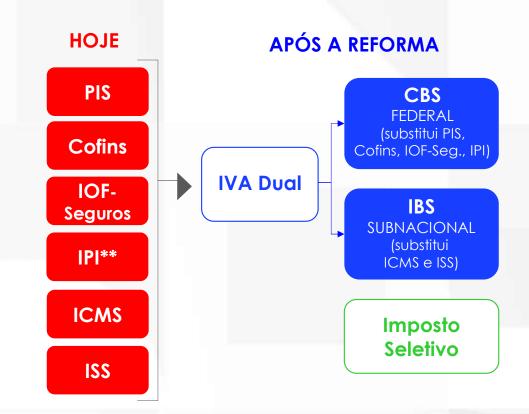


REFORMA TRIBUTÁRIA | Contextualização

Instituição de um **sistema moderno de tributação** de bens e serviços baseado em
dois pilares:

- 1) IVA Dual, alinhado às melhores práticas internacionais: base ampla, não cumulatividade plena, princípio do destino e poucas exceções*
- 2) Imposto Seletivo sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente

Não promove aumento da carga tributária: as alíquotas de referência do IBS e da CBS serão calibradas para repor a arrecadação dos tributos atuais.



- * Flexibilizado ao longo da tramitação legislativa.
- ** O IPI será zerado para 97% dos produtos (exceto para a lista de produtos industrializados na ZFM).





REFORMA TRIBUTÁRIA | Estrutura básica do IBS/CBS

REGRAS NACIONALMENTE UNIFORMES INCLUSIVE NOS REGIMES DIFERENCIADOS DE ALÍQUOTAS REDUZIDAS:

- 1. Alíquota zero (0%): 1.1 Alimentos para consumo humano: cesta básica de alimentos (inclusive produtos hortícolas, frutas e ovos); 1.2 Listas prioritárias de medicamentos e dispositivos médicos e de acessibilidade para PCDs; 1.3 Automóveis de passageiros adquiridos por PCDs ou taxistas; 1.4 Serviços prestados por ICTs sem fins lucrativos; 1.5 Serviços de educação de ensino superior (Prouni)*; 1.6 Operações com bens e com serviços alcançadas por tratado ou convenção internacional; 1.7 Produtos de cuidados básicos à saúde menstrual; 1.8 Serviços de transporte público coletivo de passageiros de caráter urbano, semiurbano e metropolitano**; 1.9 Serviços de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e imagens de recepção livre e gratuita; 1.10 Livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.
- 2. Alíquota reduzida (40%) 2.1 Serviços de educação; 2.2 Serviços de saúde e demais medicamentos e dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência; 2.3 Insumos típicos agropecuários e aquícolas e produtos (in natura) agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais; 2.4 Alimentos para consumo humano: cesta estendida de alimentos; 2.5 Produtos de higiene pessoal e limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda; 2.6 Produções nacionais artísticas, culturais, de eventos, jornalísticas e audiovisuais; 2.7 Atividades desportivas; 2.8 Operações relacionadas a projetos de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística; 2.9 Serviços de segurança da informação e segurança cibernética.
- 3. Alíquota intermediária (70%): profissões regulamentadas fiscalizadas por conselhos.
- 4. Alíquota padrão (100%): operações com bens e serviços não sujeitas aos regimes diferenciados ou específicos.
- Aplica-se somente para a CBS.
- ** Sem recuperação de crédito.



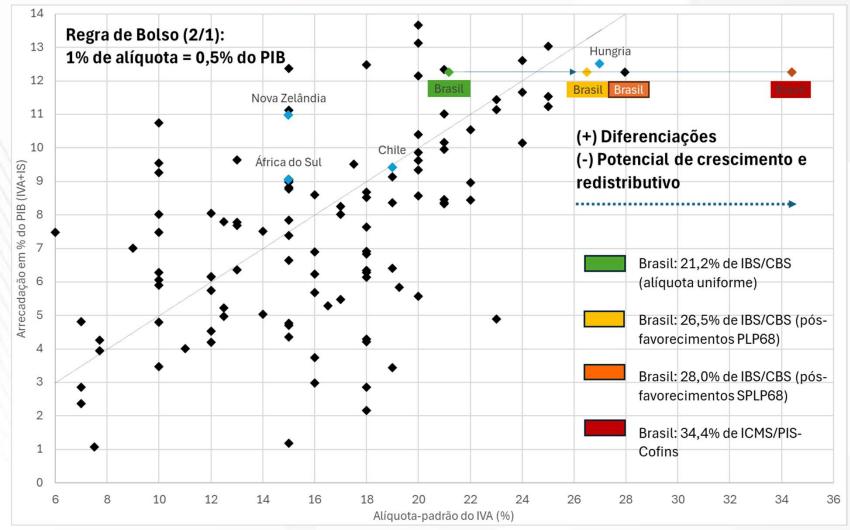
REFORMA TRIBUTÁRIA | Estrutura básica do IBS/CBS

REGIMES ESPECÍFICOS NACIONALMENTE UNIFORMES E DEMAIS DIFERENCIAÇÕES:

- 1. Regimes específicos: 1.1 Combustíveis: regime monofásico com alíquotas uniformes no território nacional, diferenciação por produto e concessão de crédito ao adquirente (exceto distribuidores ou revendedores); 1.2 Serviços remunerados por margem: serviços financeiros (operações de crédito, intermediação financeira e câmbio; operações com títulos e valores mobiliários; arrendamento mercantil; administração de consórcio; seguros etc.), planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos; 1.3 Operações com bens imóveis; 1.4 Serviços de alimentação: bares e restaurantes; 1.5 Serviços genericamente relacionados às atividades de lazer e turismo: Hotelaria, Parques de diversão e temáticos e Agências de viagens e de turismo; 1.6 Serviços de transporte coletivo de passageiros: intermunicipal/interestadual e aéreo regional; 1.7 Sociedade Anônima de Futebol.
- 2. Regimes favorecidos pré-existentes: 2.1 Simples; 2.2 ZFM e ALCs.
- 3. Imunidade/Não incidência: 3.1 Serviços de partidos políticos; entidades sindicais; ISFL de educação e de assistência social; e entidades religiosas e templos de qualquer culto, incluindo suas organizações assistenciais e beneficentes. 3.2 Operações com os associados e entre sociedades cooperativas, desde que associadas para a consecução dos objetivos sociais
- 4. Regimes de diferimento (concessão de crédito presumido ao adquirente de bens e serviços fornecidos por não contribuintes ou suspensão/diferimento): 4.1 Produtor rural e produtor rural integrado com receita anual inferior a R\$ 3,6 milhões, que opte por não ser contribuinte. 4.2 Fornecedor de resíduos e demais materiais destinados à reciclagem, reutilização ou logística reversa, que seja pessoa física, cooperativa ou outra forma de organização popular. 4.3 Pessoas físicas não contribuintes, no caso transportador autônomo de carga ou bens móveis usados destinados à revenda; 4.4 Associados de sociedades cooperativas ou operações entre cooperativas, desde que associadas para a consecução dos objetivos sociais. 4.5 Regimes aduaneiros especiais, ZPEs, Reporto, Reidi.

RESUMO DA ÓPERA: A REFORMA TRAZ CONSIGO UMA REVISÃO AMPLA DAS DIFERENCIAÇÕES E SIMPLIFICAÇÃO DO SISTEMA COMO UM TODO

Qual a carga tributária? A mesma atual. Qual alíquota-padrão? Dependerá das diferenciações.



Fonte: Nota Técnica SERT/MF: Alíquota-padrão da tributação do consumo de bens e serviços no âmbito da Reforma Tributária.

REFORMA TRIBUTÁRIA E CASHBACK | Transição

2023

Emenda Constitucional nº 132, da Reforma Tributária

2024 e 2025

- Leis Complementares que regulamentam:
- o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo
- aspectos específicos de gestão e administração do IBS
- Leis ordinárias para definir:
- alíquotas do Imposto Seletivo
- aspectos operacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais
- Regulamento do IBS e da CBS
- Desenvolvimento do sistema de cobrança da CBS e do IBS

2026

• Ano teste da CBS e do • IBS, às alíquotas de 0,9% e 0,1%, respectivamente, compensáveis com PIS/Cofins •

(recolhimento dos tributos pode ser dispensado caso o contribuinte cumpra as obrigações acessórias)

2027

- Cobrança da CBS
- Extinção do PIS e da Cofins
- Extinção do IOF-Seguros
- Redução a zero das alíquotas do IPI, exceto para a lista de produtos industrializados na ZFM
- Cobrança do Imposto Seletivo
- Vigência integral do cashback da CBS

2029 a 2032

- Transição do ICMS e do ISS para o IBS via aumento gradual da alíquota do IBS e redução gradual das alíquotas do ICMS e do ISS:
 - 10% em 2029
 - 20% em 2030
 - 30% em 2031
 - 40% em 2032
 - 100% em 2033
- Entrada em vigor e aumento gradual do cashback do IBS
 - -

2033

- Vigência integral do novo modelo e extinção do ICMS e do ISS
- Vigência integral do cashback do IBS e da CBS





REFORMA TRIBUTÁRIA E CASHBACK | Aspectos gerais

SOBRE O CASHBACK

O QUE É?

É um instrumento de justiça fiscal que reduz o ônus tributário sobre as famílias de baixa renda

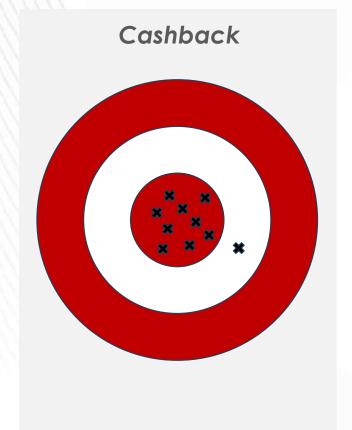
O QUE NÃO É?

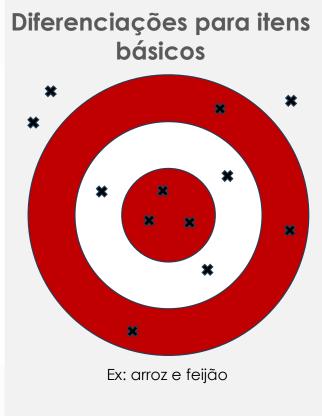
Não é uma transferência de renda, embora seja operacionalizado mediante a devolução de valores financeiros



REFORMA TRIBUTÁRIA E CASHBACK | Aspectos gerais

INSTRUMENTO INOVADOR: EFETIVO E MUITO MAIS EFICAZ E EFICIENTE









No momento da cobrança da operação quando se tratar de fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás natural



RFB/COMITÊ GESTOR DO IBS

Obs: no caso de localidades com dificuldades operacionais a sistemática será ainda mais simples

Determina os valores das devoluções individuais e os disponibiliza ao agente financeiro

Fonte: Apresentação de Giovanni Padilha da Silva em Audiência Pública na Câmara dos Deputados, 05/06/2024

Organização do orçamento doméstico (caso do Programa DEVOLVE ICMS)





11/05/24 05/05/24	97912 867717	Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica Nota Fiscal de Consumidor	4324051461375700016565 0150000979121009793019 4324059301500600194265	R\$86,90	30/05/24	Aquisição	Normal
05/05/24	867717	de Consumidor	4324059301500600194265				
		Eletrônica	1130008677171880473972	R\$278,52	05/05/24	Aquisição	Normal
03/05/24	1015703	Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica	4324059301500600194265 1020010157031731355884	R\$266,77	03/05/24	Aquisição	Normal
30/04/24	<u>294027</u>	Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica	4324049301500600194265 1150002940271309106040	R\$195,00	30/04/24	Aquisição	Normal
26/04/24	<u>768718</u>	Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica	4324049301500600194265 1040007687181989743296	R\$226,11	26/04/24	Aquisição	Normal
23/04/24	1012591	Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica	4324049301500600194265 1020010125911372595704	R\$171,14	23/04/24	Aquisição	Normal
19/04/24	1381768	Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica	4324049301500600194265 1030013817681308412104	R\$199,67	19/04/24	Aquisição	Normal
15/04/24	<u>3473475</u>	Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica	4324049044770700013365 0060034734759747218127	R\$49,00	15/04/24	Aquisição	Normal
14/04/24	949388	Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica	4324049301500600194265 1110009493881820112548	R\$275,53	14/04/24	Aquisição	Normal

Fonte: Apresentação de Giovanni Padilha da Silva em Audiência Pública na Câmara dos Deputados, 05/06/2024

REFORMA TRIBUTÁRIA E CASHBACK | Aspectos gerais

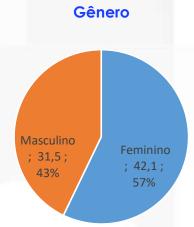
KEI OKOK I KIDOTAKIA E CATO	ibrar / species gerals		
Cashback	Diferenciações		
Maior eficácia (acerta o centro do alvo): devolução direta para as famílias de baixa renda.	 Vazamentos comprometem sua eficácia: não necessariamente alcança o consumidor final (repasse não integral) e, quando o faz, o grosso dos benefícios 		
Baixos custos administrativos e de fiscalização: simplicidade, tecnologia e instrumentos mais efetivos de controle e mitigação de fraudes.	 é apropriado pelos mais ricos (consomem mais em quantidade e produtos mais caros). Cria complexidades e introduz ineficiências no cista es a tributário e resultigicidade de elegación caracteristica. 		
Não interfere na estrutura do sistema tributário: apenas faz uso dos seus parâmetros para apurar o valor a ser devolvido.	sistema tributário: multiplicidade de alíquotas, acúmulos de créditos, exigência de procedimentos de ressarcimento, arbitrariedades no tratamento tributário, fontes de litígio, brechas para elisão e		
Estímulo à cidadania fiscal e mitigação da sonegação e da informalidade.	pressão dos lobbies, maiores custos de administração e fiscalização etc.		
Experiências inovadoras estão colhendo bons frutos e disseminando ao redor do mundo (RS, Equador, etc.).	 Elevada renúncia de receitas e necessidade de alíquotas mais altas sobre os bens e serviços não favorecidos, que em geral é pernicioso para o 		
Viabiliza alíquotas mais baixas do IVA sobre bens e serviços em geral.	 crescimento econômico. Risco de ser contraproducente quanto aos objetivos distributivos pretendidos. 		
Rara oportunidade de compatibilizar equidade e			

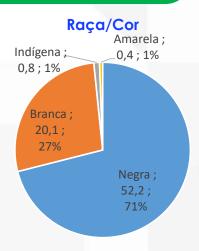
eficiência.

PERFIL DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA NO BRASIL (CadÚnico)

	Famílias (milhões)
Pobreza	21,3
Baixa renda	7,8
Total	29,1

	Pessoas (milhões)	Participação no total
Entre 0 e 6 anos	11,2	55,2%
Entre 7 e 17 anos	18,6	57,7%
Entre 18 e 24 anos	8,8	39,9%
Maior que 24 anos	34,9	24,4%
Total	73,5	33,8%





1/3 da população brasileira, incluindo mais de metade das crianças na primeira infância





Cashback no Projeto de Lei Geral do IBS e da CBS

- Devolução para as famílias de baixa renda: renda mensal até ½ salário-mínimo
 (CadÚn) com público potencial de um terço da população brasileira
- Percentuais de:
 - 100% da CBS e <u>piso mínimo</u> de 20% do IBS para aquisição de botijão de gás (13 kg)
 - 100% da CBS e <u>piso mínimo</u> de 20% do IBS para as contas de luz, de água e esgoto e de gás encanado
 - Piso mínimo de 20% da CBS e do IBS sobre os demais produtos*
- Autonomia federativa preservada: entes poderão, por lei específica, fixar percentuais próprios superiores (até 100%) que poderão ser diferenciados de acordo com a renda familiar e entre as categorias.

^{*} Exceto produtos sujeitos ao Imposto Seletivo (exemplo: bebidas alcóolicas, cigarro e apostas eletrônicas).



- Procedimento geral: famílias solicitam a emissão de documentos fiscais com CPF e recebem a devolução na sua conta, seguindo o calendário de pagamento (que pode vir a ser instantâneo).
- Procedimentos ainda mais simples:
 - Devolução no **momento da cobrança** para contas com periodicidade mensal ou superior: energia elétrica, água, esgoto e gás natural.
 - Válvula de escape em localidades com dificuldades operacionais: devolução por estimativa.
- Priorização de mecanismos de estímulo à formalização do consumo: cidadania fiscal e mitigação da informalidade, sonegação e da concorrência desleal.
- Dispositivos com previsão de:
 - Regras de controle: compatibilizar valores devolvidos e renda da família
 - Mecanismos de mitigação de fraudes
 - Solução integrada para devolução unificada do IBS e da CBS.



EXEMPLO DIDÁTICO

Simula os valores da devolução a partir do perfil de consumo per capita típico (anual)*

Exemplo: família de cinco membros (3 crianças) com renda de 1,5 SM e consumo mensal per capita de R\$ 383 (90% da renda)

	Consumo	Alíquota média	Alíquota c/ cashback	Devolução
Alimentos na alíquota zero	R\$ 841,73	0,0%	0,0%	R\$ 0,00
Alíquotas reduzidas para produtos de higiene pessoal, medicamentos, transporte urbano e demais alimentos	R\$ 365,99	5,8%	4,7%	R\$ 4,26
Alíquota reduzida para serviços de educação e saúde	R\$ 227,35	11,2%	8,9%	R\$ 5,09
Regimes específicos e demais favorecimentos	R\$ 682,78	19,6%	15,7%	R\$ 26,72
Bens e serviços sujeitos ao imposto seletivo	R\$ 73,67	28,0%	28,0%	R\$ 0,00
Energia elétrica, gás de cozinha, água e esgoto	R\$ 552,06	28,0%	14,9%	R\$ 72,04
Demais bens e serviços	R\$ 1.852,57	28,0%	22,4%	R\$ 103,60
Total (IBS/CBS+IS)	R\$ 4.596,14	20,5%	15,9%	R\$ 211,71





SIMULADOR DO BANCO MUNDIAL

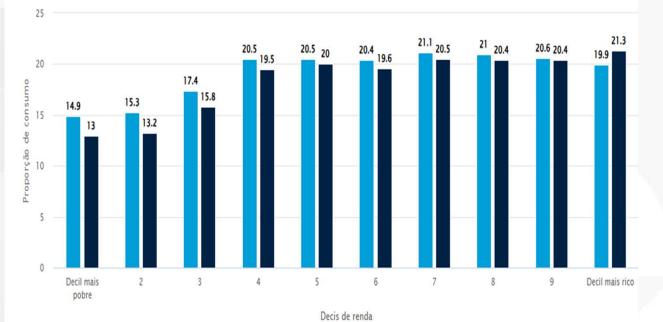
Fiscalmente neutro: Sim Alíquota base: ① 28.05% Alíquota simulada: **25.94%**

Proporção da renda

Proporção do consumo

Proporção das receitas

Participação na receita total por decil (%)



PLP 68/2024 Minha simulacao

Impacto redistributivo virtuoso: cashback + uniformização de alíquotas (apesar das exceções)

Impacto social pode ser potencializado: revisão das diferenciações após avaliações periódicas

Simulação realizada com a ferramenta SimVat do Banco Mundial: https://datanalytics.worldbank.org/simvat

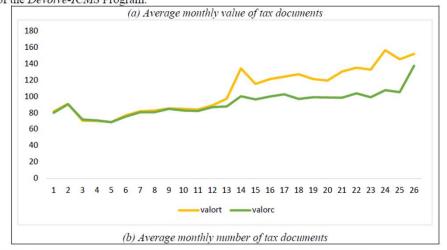
Lei Geral | AVALIAÇÃO QUINQUENAL

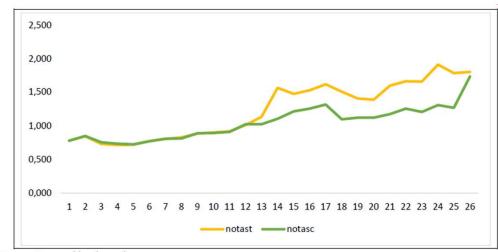
- Avaliação, a cada 5 anos, da eficiência, eficácia e efetividade, enquanto políticas sociais, ambientais e de desenvolvimento econômico, das regras de incidência do IBS e da CBS que não decorram das normas gerais:
 - Regimes diferenciados
 - Regimes específicos
 - Composição da Cesta Básica Nacional
 - Cashback
- Obrigatoriedade de avaliação da trajetória da alíquota de referência total na primeira revisão quinquenal, prevista para 2031
- Caso a soma das alíquotas de IBS e de CBS projetadas para 2033 resulte em um valor superior a 26,5%, o Poder Executivo deverá enviar PLP propondo a diminuição das reduções de alíquotas dos regimes diferenciados e, eventualmente, revisão dos regimes específicos para que a alíquota fique em 26,5%
- Imposto Seletivo também será objeto da avaliação quinquenal
- Janela de oportunidade para potencializar os impactos sociais e econômicos da Reforma Tributária

Eficácia na redução da informalidade (caso do Programa DEVOLVE ICMS)



Graph 2. The behavior of the treatment and control groups before and after the implementation of the *Devolve-ICMS* Program.





Source: Prepared by the authors.

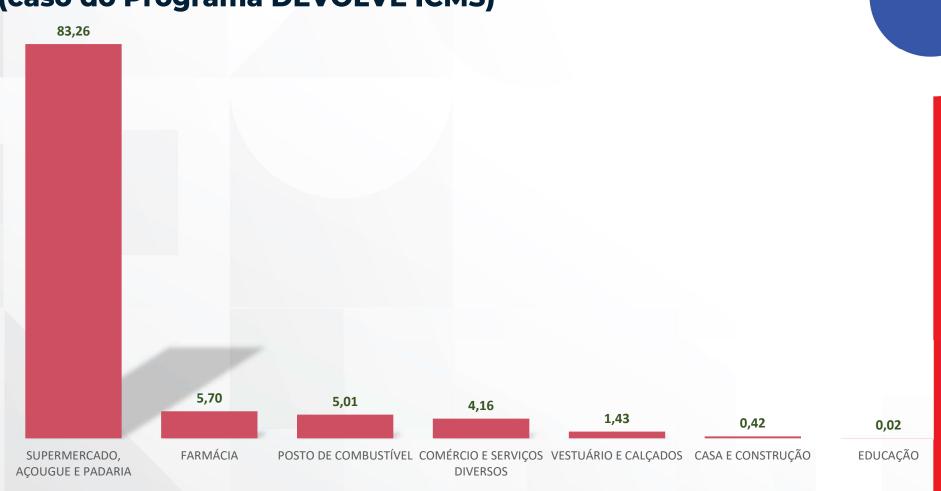
Notes: valort = monthly value for the treatment group; valorc = monthly value for the control group; notast = monthly number of tax records issued by CPF in the treatment group; and notasc = monthly number of tax records issued by CPF in the control group.

Refund of consumption tax to low-income people: impact assessment using differences in differences

Jorge L. Tonetto, Adelar Fochezatto and Giovanni P. Silva

Obs: foram analizados aproximadamente 9 milhoes de documentos fiscais

Eficácia na aplicação das renúncias fiscais (caso do Programa DEVOLVE ICMS)



Impacto da Reforma sobre a Economia

Variávei	S	Conservador	Otimista
PIB	var. % real	12,0	20,0
Consumo Famílias	var. % real	12,6	24,2
Investimento	var. % real	20,3	25,0
Exportações	var. % real	11,7	17,4
Importações	var. % real	9,5	15,6
Trabalho	var. % real	7,5	12,6

Fonte: Domingues e Cardoso (2021), com base em Borges (2019). Dados correspondem ao impacto direto em 15 anos e consideram ganhos projetados de produtividade. A Reforma Tributária tem potencial de gerar crescimento adicional da economia de 12% ou mais em 15 anos. Hoje, isso representaria R\$ 1,2 trilhão a mais no PIB a preços de 2022.

Ou seja, se a Reforma
tivesse sido aprovada há
15 anos, cada brasileiro
teria hoje, em média, mais
R\$ 490 por mês de renda





Evolução do Poder de Compra por Faixa de Renda

Faixa de Renda	Conservador	Otimista
0-1 s.m.	10,2%	17,5%
1-2 s.m.	10,1%	17,4%
2-3 s.m.	10,0%	17,4%
3-5 s.m.	9,8%	17,3%
5-6 s.m.	9,6%	17,1%
6-8 s.m.	9,4%	17,0%
8-10 s.m.	9,3%	16,9%
10-15 s.m.	9,0%	16,7%
15-20 s.m.	8,5%	16,2%
20-30 s.m.	8,4%	16,3%
maior 30 s.m.	8,1%	16,1%

A Reforma amplia o

poder de compra de

todos os brasileiros,
em especial dos
mais pobres

Fonte: Domingues e Cardoso (2021), com base em Borges (2019).

Dados correspondem ao impacto direto em 15 anos e consideram ganhos projetados de produtividade.

Impacto da Reforma sobre a Economia

Variáveis		Sem diferenciações	Casback + Diferenciações c/ carnes na cesta básica	Casback + Diferenciações c/ carnes na alíquota reduzida
PIB	var. % real	4,14	3,40	3,58
Consumo				
Famílias	var. % real	1,49	1,48	1,66
Investimento	var. % real	16,39	11,28	11,53
Exportações	var. % real	6,09	5,61	6,01
Importações	var. % real	3,71	5,54	5,55

A introdução das diferenciações mitiga o potencial de crescimento

Fonte: Impactos macroeconômicos, setoriais e distributivos da Reforma Tributária: benefícios e o que se perde com as alíquotas diferenciadas. Edson Paulo Domingues e Aline Souza Magalhães, Agosto de 2024.

Dados correspondem ao impacto direto em 15 anos e não consideram ganhos projetados de produtividade.





Evolução do Poder de Compra por Faixa de Renda

Faixa de Renda	Sem diferenciações	Casback + Diferenciações c/ carnes na cesta básica	Casback + Diferenciações c/ carnes na alíquota reduzida
0-1 s.m.	3,20%	6,99%	7,15%
1-2 s.m.	3,00%	3,16%	3,21%
2-3 s.m.	2,90%	2,84%	2,88%
3-5 s.m.	2,70%	2,33%	2,37%
5-6 s.m.	2,50%	1,53%	1,66%
6-8 s.m.	2,20%	1,25%	1,43%
8-10 s.m.	2,00%	0,71%	0,96%
10-15 s.m.	1,70%	0,58%	0,85%
15-20 s.m.	1,30%	0,60%	0,88%
20-30 s.m.	1,00%	-0,36%	0,04%
maior 30 s.m.	0,60%	-0,59%	0,17%

Cashback assegura

um efeito redistributivo

virtuoso

Fonte: Impactos macroeconômicos, setoriais e distributivos da Reforma Tributária: benefícios e o que se perde com as alíquotas diferenciadas. Edson Paulo Domingues e Aline Souza Magalhães, Agosto de 2024.

Dados correspondem ao impacto direto em 15 anos e não consideram ganhos projetados de produtividade.





OBRIGADO!

Acesse e confira:

gov.br/reformatributaria

